

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 05/2018

Disponibilização: 12 de março de 2018

Período abrangido: 26 de fevereiro a 9 de março de 2018



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração e Políticas Públicas
2. Administração Interna
  - Proteção Civil
3. Ambiente
  - Ambiente e Conservação da Natureza
  - Florestas e Desenvolvimento Rural
4. Animais
5. Defesa e Forças Armadas
6. Direitos, Liberdades e Garantias
  - Igualdade e Inclusão
7. Educação e Ensino Superior
8. Economia
  - Atividade Económica
  - Energia
  - Transportes
  - Turismo
9. Eleições
10. Finanças
  - Contribuições e Impostos
  - Finanças Públicas e Orçamento
  - Sistema Financeiro
11. Justiça
  - Decisões e Pareceres
12. Negócios Estrangeiros
  - Negócios Estrangeiros e Cooperação
13. Regiões Autónomas
  - Madeira

14. Saúde

15. Segurança Social

Transposição de Diretivas

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

## 1. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Portaria n.º 72/2018, de 9 de março](#)  
(Planeamento e das Infraestruturas)

Define os termos em que a entidade adjudicante pode exigir rótulos e relatórios de ensaio, certificação e outros meios de prova.

## 2. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTECÇÃO CIVIL

[Despacho n.º 2293/2018, de 7 de março](#)  
(Planeamento e das Infraestruturas - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas)

Identifica os concelhos considerados com elevado grau de perigosidade de ocorrência de calamidades naturais.

## 3. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Lei n.º 12/2018, de 2 de março](#)  
(Assembleia da República)

Modifica o regime de atribuição de títulos de utilização do domínio público hídrico relativamente a situações existentes não tituladas, procedendo à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

- FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2018, de 1 de março](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a Diretiva Única de Prevenção e Combate.

[Portaria n.º 63/2018, de 2 de março](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o procedimento para o reconhecimento das entidades de gestão florestal (EGF) e das unidades de gestão florestal (UGF), bem como os critérios para avaliação da respetiva capacidade de gestão, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 66/2017, de 12 de junho.

[Lei n.º 13/2018, de 9 de março](#)  
(Assembleia da República)

Estabelece medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos em Portugal continental entre 17 e 24 de junho e 15 e 16 de outubro de 2017, procedendo à primeira alteração da Lei n.º 108/2017, de 23 de novembro, que estabelece medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017, bem como medidas urgentes de reforço da prevenção e combate a incêndios florestais.

#### 4. ANIMAIS

[Portaria n.º 67/2018, de 7 de março](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece as regras a que obedece a compra e a venda de animais de companhia, bem como as normas exigidas para a atividade de criação comercial dos mesmos, com vista à obtenção de um número de registo.

## 5. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Lei n.º 10/2018, de 2 de março](#)  
(Assembleia da República)

Altera (primeira alteração) o Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 90/2015, de 29 de maio.

## 6. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- IGUALDADE E INCLUSÃO

[Decreto-Lei n.º 16/2018, de 7 de março](#)  
(Educação)

Cria o grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa e aprova as condições de acesso dos docentes da Língua Gestual Portuguesa ao concurso externo de seleção e recrutamento do pessoal docente.

## 7. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Deliberação n.º 218/2018, de 26 de fevereiro](#)  
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Fixa os pré-requisitos para a candidatura ao ensino superior de 2018-2019.

[Regulamento n.º 137-A/2018, de 27 de fevereiro](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.)

Altera o Regulamento de Bolsas de Investigação da FCT, I. P..

[Decreto-Lei n.º 16/2018, de 7 de março](#)

(Educação)

Cria o grupo de recrutamento da Língua Gestual Portuguesa e aprova as condições de acesso dos docentes da Língua Gestual Portuguesa ao concurso externo de seleção e recrutamento do pessoal docente.

## 8. ECONOMIA

- ATIVIDADE ECONÓMICA

[Lei n.º 8/2018, de 2 de março](#)

(Assembleia da República)

Aprova o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- ENERGIA

[Portaria n.º 62/2018, de 2 de março](#)

(Economia)

Aprova o regulamento para atribuição de licenças de produção ou aceitação de comunicação prévia para a produção de eletricidade em regime especial e no regime remuneratório geral.



- TRANSPORTES

[Regulamento n.º 147/2018, de 8 de março](#)  
(Autoridade Nacional da Aviação Civil)

Altera (segunda alteração) o Regulamento n.º 164/2006, de 8 de setembro, que define as regras aplicáveis à construção, certificação e operação de aeronaves ultraleves.

- TURISMO

[Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março](#)  
(Economia)

Estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2302, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015.

## 9. ELEIÇÕES

[Mapa n.º 1/2018, de 1 de março](#)  
(Administração Interna - Secretaria-Geral)

Faz público o mapa com o número de eleitores inscritos no recenseamento eleitoral, até ao dia 31 de dezembro de 2017.

## 10. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

### Portaria n.º 58/2018, de 27 de fevereiro (Finanças)

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 302-D/2016, de 2 de dezembro, que estabelece as listas das jurisdições participantes no mecanismo geral de acesso e troca automática de informações financeiras no domínio da fiscalidade.

### Lei n.º 8/2018, de 2 de março (Assembleia da República)

Aprova o Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas e altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas e o Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

### Portaria n.º 64/2018, de 5 de março (Finanças)

Aprova o novo modelo de declaração e respetivas instruções, designado por Valor dos Fluxos de Pagamento (Modelo 40), para cumprimento da obrigação referida no n.º 4 do artigo 63.º-A da Lei Geral Tributária.

### Acórdão (extrato) n.º 53/2018, de 9 de março (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação, extraível do artigo 17.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação introduzida pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, conducente ao sentido de que não subsiste o benefício fiscal previsto em tal normativo, nas situações em que o contrato de trabalho conexionado com a majoração cessar antes do período de cinco anos contados desde o início da sua vigência, ainda que se verifique apenas uma substituição do trabalhador, mantendo-se o mesmo posto de trabalho.

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

[Portaria n.º 57/2018, de 26 de fevereiro](#)  
(Finanças e Planeamento das Infraestruturas)

Regula o funcionamento e a gestão do portal dos contratos públicos, denominado «Portal BASE», e aprova os modelos de dados a transmitir.

- SISTEMA FINANCEIRO

[Lei n.º 7/2018, de 2 de março](#)  
(Assembleia da República)

Cria o regime jurídico da conversão de créditos em capital.

## 11. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Parecer n.º 4/2016, de 2 de março](#)  
(Ministério Público - Procuradoria-Geral da República)

Pronuncia-se sobre a repercussão nos ajustamentos anuais aos CMEC das importâncias suportadas pelos sujeitos passivos da Contribuição Extraordinária sobre o Setor Elétrico (CESE).

[Acórdão \(extrato\) n.º 53/2018, de 9 de março](#)  
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a interpretação, extraível do artigo 17.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, na redação introduzida pela Lei n.º 32-B/2002, de 30 de dezembro, conducente ao sentido de que não subsiste o benefício fiscal previsto em tal normativo, nas situações em que o contrato de trabalho conexionado com a majoração cessar antes do período de cinco anos contados desde o início da sua vigência, ainda que se verifique apenas uma substituição do trabalhador, mantendo-se o mesmo posto de trabalho.

## 12. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 14/2018, de 28 de fevereiro](#)  
(Negócios Estrangeiros)

Altera (segunda alteração) o Regulamento Consular, transpondo a Diretiva (UE) 2015/637, do Conselho, de 20 de abril de 2015.

## 13. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

[Decreto Legislativo Regional n.º 5/2018/M, de 28 de fevereiro](#)  
(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Aprova o valor da retribuição mínima mensal garantida para vigorar na Região Autónoma da Madeira.

## 14. SAÚDE

### [Decreto-Lei n.º 13/2018, de 26 de fevereiro](#) (Saúde)

Define o regime jurídico da formação médica pós-graduada, designada de internato médico, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respetivo processo.

### [Portaria n.º 61/2018, de 28 de fevereiro](#) (Saúde)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério da Saúde nos termos do Decreto-Lei n.º 56/2006, de 15 de março.

### [Portaria n.º 66/2018, de 6 de março](#) (Saúde)

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 340/2015, de 8 de outubro, que regula, no âmbito da Rede Nacional de Cuidados Paliativos, a caracterização dos serviços e a admissão nas equipas locais e as condições e requisitos de construção e segurança das instalações de cuidados paliativos.

### [Portaria n.º 71/2018, de 8 de março](#) (Saúde)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 330/2017, de 31 de outubro, que define o modelo do regulamento interno dos serviços ou unidades funcionais das Unidades de Saúde do SNS, com a natureza de entidades públicas empresariais, dotadas de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que se organizem em Centros de Responsabilidade Integrados.

## 15. SEGURANÇA SOCIAL

### [Portaria n.º 70/2018, de 8 de março](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Fixa as normas regulamentares necessárias à repartição dos resultados líquidos de exploração dos jogos sociais atribuídos ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

## TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

### [Decreto-Lei n.º 14/2018, de 28 de fevereiro](#)

(Negócios Estrangeiros)

Altera (segunda alteração) o Regulamento Consular, transpondo a Diretiva (UE) 2015/637, do Conselho, de 20 de abril de 2015.

### [Decreto-Lei n.º 17/2018, de 8 de março](#)

(Economia)

Estabelece o regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo, transpondo a Diretiva (UE) 2015/2302, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigado pela sua sugestão